



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

RESOLUÇÃO CONSUP/IFSUL Nº 366, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

Aprova o Regulamento dos Processos Inclusivos para Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e conforme deliberação do Conselho Superior na reunião ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento dos Processos Inclusivos para Estudantes com Necessidades Educacionais e Específicas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, conforme anexo.

Parágrafo único. O regulamento citado no **caput** tem fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 3º, inciso IV; art. 5º e art. 208, inciso III; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 9.394/1996; Resolução CNE/CEB nº 4/2009; Parecer CNE/CEB nº 17/2001; Decreto nº 7.611/2011, Parecer CNE/CEB nº 2/2013 e Parecer CNE/CEB nº 5/2019.

Art. 2º Revogar a Instrução Normativa PROEN nº 3, de 25 de novembro de 2016.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor em 2 de janeiro de 2024.

Flavio Luis Barbosa Nunes

Presidente do CONSUP

Documentos Anexados:

- **Anexo #1.** Regulamento (anexado em 20/12/2023 11:52:58)

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Flavio Luis Barbosa Nunes, REITOR(A) - CD0001 - IFSRIOGRAN**, em 20/12/2023 12:03:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 263554

Código de Autenticação: e58e346ca4



ANEXO

REGULAMENTO DOS PROCESSOS INCLUSIVOS PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE.

Estabelece os procedimentos de identificação e registro acadêmico de estudantes com necessidades educacionais específicas, a adoção do Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com necessidades educacionais específicas e a certificação para estudantes com deficiência no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE, no uso das atribuições legais que lhe confere a lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e conforme deliberação do Conselho Superior na reunião ordinária realizada no dia XX de XXXX de 2023, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente regulamento disciplina os procedimentos de identificação e registro acadêmico de estudantes com necessidades educacionais específicas, a adoção do Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com necessidades educacionais específicas e a certificação para estudantes com deficiência no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.

Art. 2º Objetiva normatizar institucionalmente o planejamento e execução para os processos inclusivos visando à promoção do acesso, da permanência e do êxito acadêmico das/os estudantes com necessidades educacionais específicas.

Art. 3º Para fins deste regulamento considera-se os seguintes públicos:

I- das necessidades educacionais específicas: pessoas que apresentam diferentes características, interesses e necessidades de aprendizagem em função de transtornos neurológicos, transtornos específicos de aprendizagem ou transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), incluindo o público da educação especial;

II- da educação especial: pessoas com deficiências (física, sensorial e intelectual), transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

Art. 4º O planejamento para os processos inclusivos implica na corresponsabilidade das diferentes esferas de gestão institucional em prol do acolhimento, do favorecimento das relações interpessoais, bem como apoio ao desenvolvimento das múltiplas habilidades destas/es estudantes.

Art. 5º Os itinerários curriculares e os respectivos procedimentos didático pedagógicos a serem delimitados no planejamento dos processos inclusivos deverão pautar-se nos pressupostos filosóficos e político-pedagógicos dos seguintes dispositivos basilares e regulatórios:

I- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

II- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSul;

IV - Declaração de Salamanca/1994 - Princípios, política e práticas na área das necessidades educacionais especiais;

V- Lei nº 9.394/1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

VI - Decreto nº 3.298/99 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências;

VII - Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;

VIII - Decreto nº 3.956/2001 - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência - Convenção ONU/2007 sobre os direitos das pessoas com deficiência;

XIX- Decreto nº 5.296/2004 - Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

X- Decreto Legislativo nº 186/2008 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova Iorque, em 30 de março de 2007;

XI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 - Orienta os processos de inclusão no Brasil, incluindo a organização do Atendimento Educacional Especializado;

XII - Parecer CNE/CEB nº 13/2009 - Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;

XIII- Resolução CNE/CEB nº 4/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;

XIV- Resolução CNE/CEB nº 4/2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

XV- Decreto nº 7.611/ 2011 - Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências;

XVI- Resolução CNE/CEB nº 6/2012 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

XVII - Lei 12.764/2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

XVIII- Parecer CNE/CEB nº 2/2013 - Consulta sobre a possibilidade de aplicação de "terminalidade específica" nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio - versa sobre a possibilidade de aplicação da "terminalidade específica" nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio;

XIX - Lei nº 12.796/2013 - Altera a LDB nos Arts. 58 e 59 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências;

XX- Nota Técnica nº 106 do MEC/SECADI/DPEE/2013 - Orienta a implementação da Política Institucional de Acessibilidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

XXI - Lei nº 13.005/ 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação;

XXII- Nota Técnica Nº 04/2014 - Estabelece o atendimento pedagógico no AEE;

XXIII- Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

XXIV- Orientações para implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – SECADI/2015;

XXV- Portaria Normativa MEC nº 09 de 05/2017 - Implementação da reserva de vagas de que tratam a Lei 12.711/2012;

XXVI- Parecer CNE/CEB nº 5/2019 - Consulta acerca do desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI) de estudantes com necessidades educacionais específicas, visando desenvolver uma política de aplicação do procedimento de certificação diferenciada aos educandos;

XVII- Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul aprovada pela Resolução nº 51/ 2016;

XVIII- Plano de Garantia de Acessibilidade do IFSul aprovado pela Resolução nº 141/2023;

XIX- Lei nº 14.723/2023 - Dispõe sobre o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Art. 6º Para fins de pacificação de conceitos e manutenção da unidade institucional na implementação do presente regulamento, serão consideradas as seguintes definições:

I- Acessibilidade curricular: está relacionada com a manutenção do currículo regular, que se torna acessível com base em práticas pedagógicas pensadas em uma compreensão mais abrangente de aprendizagem e conhecimento. Tais práticas têm como objetivo contemplar as diferentes formas de acessar o conhecimento e expressar o que aprendeu;

II- Adaptações razoáveis: consistem em adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

III- Ônus desproporcional ou indevido: Entende-se a imposição à/ao estudante de atividades que ultrapassem as suas possibilidades materiais e de aprendizagem, devido à sua necessidade educacional específica;

IV - Ensino colaborativo: modalidade de ensino entre professoras e professores de classe comum e professoras/es de Educação Especial. O ensino colaborativo consiste na divisão do planejamento, apresentação do conteúdo, manejo da sala de aula e avaliação com objetivo de melhorar o ambiente de aprendizagem;

IV - Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou

ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

V - Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. A pessoa com surdez é usuária de Libras para comunicação e aprendizagem, com cultura visual; a pessoa com deficiência auditiva, faz uso de leitura labial e língua oral, por vezes beneficiada pelo uso de próteses auditivas; as/os ensurdecidas/os são pessoas que perderam a audição ao longo da vida e ainda não se definiram como deficiente auditivo nem como surda/o e estão em busca de formas de comunicação e aprendizagem;

VI - Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

VII- Deficiência intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. Comunicação; 2. Cuidado pessoal; 3. Habilidades sociais; 4. Utilização dos recursos da comunidade; 5. Saúde e segurança; 6. Habilidades acadêmicas; 7. Lazer; e 8. Trabalho;

VIII - Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências;

IX - Surdocegueira: caracterizada pela ausência da audição e da visão de forma simultânea e em graus diferentes, caracterizando-se como uma condição única;

X - Transtorno do espectro autista: considerado para pessoas que apresentam síndrome clínica caracterizada na forma de:

a) Deficiência persistente e clinicamente significativa de comunicação e interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

b) Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

XI - Altas habilidades ou superdotação: É uma condição neuro atípica em que a pessoa possui/demonstra elevado potencial em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de grande criatividade e envolvimento em tarefas de seu interesse. A superdotação pode ser identificada pela manifestação de três traços comportamentais, que são: habilidade acima da média, elevado nível de criatividade e elevado nível de comprometimento com a/o tarefa/assunto de interesse. Importante destacar que o elevado potencial ou habilidade acima da média não significam elevado Quociente de Inteligência (QI) ou alto desempenho acadêmico. Pelo viés sócio-emocional, a pessoa superdotada vivencia a realidade de forma mais intensa e profunda que seus pares. A superdotação também pode ocorrer simultaneamente (Dupla Excepcionalidade) com outras condições, como deficiências ou transtornos do neurodesenvolvimento;

XII - Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade: Mais conhecido como TDAH, é considerado transtorno do neurodesenvolvimento definido por níveis prejudiciais de desatenção, desorganização e/ou hiperatividade-impulsividade. Desatenção e desorganização envolvem incapacidade de permanecer em uma tarefa, aparência de não ouvir e perda de materiais em níveis inconsistentes com a idade ou o nível de desenvolvimento. Hiperatividade-impulsividade que implicam em atividade excessiva, inquietação, incapacidade de permanecer sentado, intromissão em atividades de outros e incapacidade de aguardar – sintomas que são excessivos para a idade ou o nível de desenvolvimento;

XIII- Transtornos Específicos de Aprendizagem: é um transtorno do neurodesenvolvimento com uma origem biológica que é diagnosticado diante de déficits específicos na capacidade individual cognitiva para perceber ou processar informações com eficiência e precisão, caracterizando-se por dificuldades persistentes e prejudiciais nas habilidades básicas acadêmicas de leitura, escrita e/ou matemática. Estes podem ser:

a) Transtorno Específico da Aprendizagem com prejuízo na expressão escrita (Disgrafia e Disortografia): Apresenta dificuldades com a expressão escrita, na precisão da ortografia, na precisão na gramática e na pontuação, assim como, na clareza ou organização da expressão escrita;

b) Transtorno Específico da Aprendizagem com prejuízo na Leitura (Dislexia): É um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades de aprendizagem, caracterizado por problemas no reconhecimento preciso e fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia. Se o termo *Dislexia* for usado para especificar esse padrão particular de dificuldades, é importante também especificar quaisquer dificuldades adicionais que estejam presentes, tais como dificuldades na compreensão da leitura ou no raciocínio matemático;

c) Transtorno Específico da Aprendizagem com prejuízo na Matemática (Discalculia): É um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades caracterizado por problemas no processamento de informações numéricas, aprendizagem de fatos aritméticos e realização de cálculos precisos ou fluentes. Se o termo *Discalculia* for usado para especificar esse padrão particular de dificuldades matemáticas, é importante também especificar quaisquer dificuldades adicionais que estejam presentes, tais como dificuldades no raciocínio matemático ou na precisão na leitura de palavras.

XIV- Capacitismo: Capacitismo é a discriminação e o preconceito social contra pessoas com deficiência. A expressão capacitismo remete a um corpo padrão considerado normal e em consequência ocorre uma subestimação das capacidades e aptidões das pessoas em decorrência da sua deficiência.

CAPÍTULO II

DA IDENTIFICAÇÃO E DO REGISTRO ACADÊMICO DAS/OS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

Art. 7º A identificação e os registros de estudantes com necessidades educacionais específicas poderá ser realizada das seguintes formas:

I – no ato da matrícula;

II – de forma espontânea;

III – por identificação interna.

Art. 8º A identificação no ato da matrícula poderá ocorrer mediante duas situações:

I – apresentação de laudo para comprovação de ingresso pela cota para pessoa com deficiência, conforme Portaria Normativa MEC nº 09 de 05 de maio de 2017;

II – apresentação da necessidade específica pela/o ingressante com a opção de juntar o laudo no ato da matrícula.

§ 1º A documentação apresentada pela/o estudante deverá ser anexada a sua pasta pela unidade responsável pelos registros acadêmicos.

§ 2º Nas situações dos incisos I e II é necessário que a Coordenação do NAPNE do câmpus seja notificada formal e imediatamente, via e-mail, com cópia da documentação entregue, para as devidas providências.

Art. 9º A identificação de forma espontânea quando a/o própria/o estudante ou a família apresentam a demanda à instituição.

Parágrafo único. Para informar a instituição, a/o estudante ou a família deverá contatar a coordenação do NAPNE.

Art. 10. A identificação interna, quando as/os servidoras/es docentes e/ou técnico-administrativas/os ligados às unidades administrativas relacionadas ao ensino perceberem a/o estudante com necessidades educacionais específicas.

§ 1º O/A servidor/a que fizer a identificação prevista no **caput** deverá notificar a coordenação do NAPNE que fará os encaminhamentos necessários para confirmar a identificação.

§ 2º O acompanhamento deste processo será documentado pela coordenação do NAPNE no módulo Equipe Técnico Pedagógica (ETEP) pelo SUAP.

§ 3º Laudos ou pareceres poderão ser solicitados ao longo do processo de escolarização da/o estudante e serão exigidos para compor o processo de certificação diferenciada ou terminalidade específica, quando houver indicativo para este tipo de certificação.

CAPÍTULO III

DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

Art. 11. O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um recurso pedagógico com foco individualizado na/o estudante, sendo uma proposta pedagógica compartilhada que deve ser construída de forma colaborativa e tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação e outras especificidades.

§ 1º Por outras especificidades, compreende-se transtornos de aprendizagem ou outras necessidades educacionais específicas, que possam interferir na aprendizagem, condições essas que também farão jus ao acompanhamento do PEI, com direito ao suporte educacional da instituição (Lei 14.254/21).

§ 2º O PEI é um processo para planejamento e registro das estratégias de acessibilidade curricular e/ou metodológicas necessárias à/ao estudante.

§ 3º No PEI devem ser registrados os conhecimentos e habilidades prévios do estudante para que seja possível estabelecer objetivos, planejar as estratégias de ensino e acompanhar a evolução da/o estudante.

Art. 12. Para fins deste regulamento a equipe do Planejamento Educacional Especializado (Equipe do PEI), sob coordenação do NAPNE, no câmpus, contará com a seguinte estrutura:

I- coordenação do NAPNE;

II- equipe pedagógica (pedagoga/o área, supervisor/a e orientador/a educacional, técnica/o em assuntos educacionais);

III- equipe multidisciplinar (psicóloga/o, assistente social, enfermeira/o, médica/o ou outras/os profissionais que estejam envolvidas/os no acompanhamento da/o estudante);

IV- coordenação de Curso;

V- chefia de unidade administrativa responsável pelo ensino;

VI- professor/a de Atendimento Educacional Especializado (educador/a especial);

VII - professoras/es do curso.

Parágrafo único. A Equipe do PEI poderá solicitar apoio de membros intercâmpus e convidadas/os externas/os, quando necessário.

Art. 13. O Plano Educacional Individualizado (PEI) poderá indicar a necessidade de um percurso formativo diferenciado, seja de temporalidade ampliada ou reduzida.

Parágrafo único. À/Ao estudante com percurso formativo diferenciado, é garantido o direito de matrícula apenas nas disciplinas planejadas pela Equipe do PEI, sendo vedada a reprovação em disciplinas não selecionadas para o período letivo.

Art. 14. Para a/o estudante com deficiência e com percurso formativo diferenciado o PEI é o instrumento que indica, fundamenta e justifica a adoção de procedimentos para certificação não convencionais, regulamentados no Capítulo V.

Art. 15. Para a/o estudante com altas habilidades ou superdotação, com percurso formativo diferenciado o PEI é o instrumento que registra os eventuais processos de aceleração.

Art. 16. Todo registro e manutenção das fases e documentação do PEI será realizado via SUAP pelo Módulo ETEP - Equipe Técnico Pedagógica.

Art. 17. O PEI pode ser concretizado a partir de três instrumentos, conforme necessidade apresentada pela/o estudante:

I - Investigação da Trajetória da/o Estudante (Anexo I) que possibilita um maior conhecimento da trajetória da/o estudante até o seu ingresso no IFSul, indicando possíveis caminhos para o trabalho pedagógico e a necessidade ou não de um PEI;

II - Plano de Ensino Acessível (Anexo II) construído a cada período letivo pelas/os docentes que atuam com a/o estudante, com apoio técnico do/a Professor/a de Atendimento Educacional Especializado (AEE), indicando as adaptações metodológicas e as estratégias de acessibilidade curricular necessárias para que cada estudante atinja as expectativas de aprendizagem estabelecidas para ele nos diferentes componentes curriculares de seu curso;

III - Plano de Atendimento Educacional Especializado (Anexo III) destinado às/aos estudantes, público da educação especial, a ser elaborado e utilizado pelo/a Professor/a de AEE.

Art. 18. Deverá ser garantido o direito de a/o estudante com necessidades educacionais específicas recusar o apoio, os acompanhamentos e demais procedimentos previstos, conforme Lei 13.146/15.

§ 1º A recusa de que trata o **caput** deverá ser formalizada por meio de uma declaração assinada (Anexo IV).

§ 2º No caso de recusa, a declaração assinada deverá ser anexada à Investigação da Trajetória Escolar e inserida no módulo ETEP.

§ 3º No caso de recusa o PEI deve ser finalizado com emissão de relatório final para arquivamento pelos registros acadêmicos.

Art. 19. A documentação relativa ao PEI deverá observar os seguintes procedimentos a serem realizados pelo NAPNE:

I- elaboração, inserção e atualização no módulo Ensino/Equipe Técnico Pedagógica (ETEP) para garantir os registros do acompanhamento do percurso da/o estudante;

II - emissão de relatório dos registros do PEI, a partir do ETEP, referente ao percurso da/o estudante, quando necessário;

III- encaminhamento do relatório final, emitido pelo ETEP, à unidade administrativa responsável pelos registros acadêmicos para arquivamento na pasta do estudante no SUAP.

Seção I

Da investigação da trajetória da/o estudante

Art. 20. A investigação da trajetória da/o estudante (Anexo I) deverá ser elaborada a partir das informações coletadas junto à/ao estudante e a família e/ou responsáveis (quando necessário).

Parágrafo único. A(s) reunião(ões) para investigação deverá(ão) ser feita(s) por membros da Equipe do PEI, incluindo a coordenação do curso no qual a/o estudante ingressou, sempre que possível.

Art. 21. A equipe do PEI deverá avaliar o resultado da Investigação e indicar se há necessidade de continuidade do PEI e construção do PEA para a/o estudante.

Art. 22. Havendo indicação para elaboração do PEA e respeitados os critérios de privacidade, um resumo com informações necessárias ao planejamento docente será emitido pela equipe e enviado à Coordenação de Curso via SUAP pelo Módulo ETEP - Equipe Técnico Pedagógica.

Art. 23. Se observada a possibilidade de condições singulares no percurso formativo da/o estudante, é necessária a anuência da/o estudante e/ou seu/sua representante legal quanto às possibilidades de diferentes itinerários formativos e consequentes formas de Certificações (Anexo V).

Parágrafo único. Recomenda-se um período letivo como tempo mínimo para observação do que trata o **caput**.

Seção II

Do Plano de Ensino Acessível - PEA

Art. 24. O Plano de Ensino Acessível (Anexo II) é um plano de ensino de cada componente curricular, considerando as necessidades educacionais específicas da/o estudante, onde são previstos objetivos, conteúdos, estratégias metodológicas e procedimentos avaliativos.

Art. 25. Deverá ser elaborado pela/o docente, no início do período letivo, após a fase de Investigação da Trajetória da/o Estudante, com orientação da/o professor/a de AEE e/ou NAPNE e setor pedagógico.

§ 1º Para estudantes, público da educação especial o PEA deverá registrar as estratégias de acessibilidade curricular: adaptações de objetivos e conteúdos curriculares, estratégias metodológicas, procedimentos avaliativos, bem como outras adaptações pertinentes ao desenvolvimento da/o estudante na disciplina.

§ 2º O PEA será um dos instrumentos de apoio na decisão quanto a necessidade de certificação diferenciada ou terminalidade específica para este público.

§ 3º Para estudantes com necessidades educacionais específicas o PEA deverá registrar as estratégias metodológicas adotadas.

Art. 26. O PEA terá o seguinte trâmite no início de cada período letivo:

I - a Equipe do PEI solicita à coordenação de curso o preenchimento/construção e entrega do PEA das disciplinas cursadas pela/o estudante;

II- a coordenação do curso solicita o PEA às/aos professoras/es da/o estudante, anexando os documentos no módulo ETEP por disciplina.

§ 1º Cada professor/a de sala de aula, dentro de sua carga horária, deverá prever em cada período letivo pelo menos um atendimento individualizado antes de preencher o PEA.

§ 2º A necessidade de modificações nos conteúdos programáticos e objetivos gerais serão indicadas com base nos apontamentos resultantes do PEI.

§ 3º O PEA de cada componente curricular deverá conter cronograma dos atendimentos individualizados que se mostrarem necessários.

Art. 27. A equipe do PEI deverá organizar encontros periódicos, devendo ocorrer, no mínimo, dois encontros por etapa letiva, com as/os docentes das/os estudantes que necessitarem de modificações nos conteúdos programáticos e objetivos gerais, a fim de discutirem suas especificidades e buscarem, em conjunto, estratégias de ensino para aprendizagem, além das acessibilidades curriculares que se façam necessárias.

§ 1º Quando necessário, a unidade administrativa responsável pelo ensino poderá participar dos encontros.

§ 2º Quando necessário, o Departamento de Educação Inclusiva da Pró-reitoria de Ensino do IFSul poderá participar das discussões nos câmpus, de acordo com agenda preestabelecida.

Seção III

Do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE)

Art. 28. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação das/os estudantes, considerando suas necessidades específicas, sendo complementar e/ou suplementar a formação destes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Art. 29. O AEE será ofertado para estudantes, público da educação especial, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Resolução CNE/CEB nº 04 (2009) e Lei nº 14.723 (2023).

Art. 30. O Atendimento Educacional Especializado é realizado pelo/a professor/a de AEE, na modalidade de ensino colaborativo ou no turno inverso à escolarização regular.

Parágrafo único. Para atuação no AEE, a professora ou o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 31. São atribuições do/a professor/a do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas das/os estudantes, público da Educação Especial;

II – elaborar e executar o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos às/aos estudantes na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professoras/es e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pela/o estudante;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais das/os estudantes, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com as/os professoras/es da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação das/os estudantes nas atividades escolares.

Art. 32. O AEE é um serviço vinculado ao Napne de cada câmpus e com atuação direta junto à equipe do PEI, às equipes pedagógicas e corpo docente.

Parágrafo único. O Atendimento Educacional Especializado está condicionado à avaliação pedagógica da/o estudante, pela/o professor/a do AEE.

Art. 33. O acompanhamento e a orientação individual das/os estudantes, realizado durante o AEE, deve ser oferecido a todos as/os estudantes mencionados no art. 29, desde que demandem adaptações curriculares.

§ 1º Não é obrigatória a comprovação da necessidade de atendimento por meio de laudo ou outra documentação, conforme estabelece a Nota Técnica nº 04 de 2014 do MEC/SECADI/DPEE.

§ 2º A elaboração e a execução do Plano de AEE, são responsabilidade do/a professor/a de AEE, articulado com a participação das famílias e/ou responsáveis e em interface com os demais serviços que se fizerem necessários ao atendimento.

Art. 34. Quando realizado o AEE, será registrado no SUAP como disciplina complementar na qual as/os estudantes que participarem das atividades estarão regularmente matriculadas/os.

Art. 35. O Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) - (Anexo III) tem como objetivo a identificação das necessidades educacionais específicas das/os estudantes, público do AEE e definir os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas.

Parágrafo único. O Plano de AEE somente será desenvolvido nos câmpus onde houver professor/a de Atendimento Educacional Especializado.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO

Art. 36. Este capítulo refere-se aos procedimentos metodológicos de avaliação para as/os estudantes acompanhadas/os por PEI.

Art. 37. Para estudantes com necessidades educacionais específicas e com necessidade de PEA, a aprovação ocorre quando a/o estudante atinge os objetivos previstos neste.

Art. 38. Para estudantes, público da educação especial, e que tenham percurso formativo diferenciado, a avaliação é:

§ 1º Um procedimento que embasa a construção dos Planos Educacionais Acessíveis (PEA) das etapas subsequentes.

§ 2º Um processo contínuo e cumulativo do desempenho das/os estudantes com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais.

Art. 39. O processo e o resultado da avaliação deverão ser registrados no Relatório do Conselho de Classe (Anexo VI) e no Parecer Final do Plano de Ensino Acessível (Anexo VII).

Art. 40. Para estudantes, público da educação especial, com altas habilidades ou superdotação, e que tenham percurso formativo diferenciado, com temporalidade reduzida, é garantido o direito à aceleração curricular:

I - por período letivo: em que o estudante avança em todas as disciplinas do período letivo e passa a cursar o próximo;

II - por disciplina: em que o estudante avança apenas em algumas disciplinas;

III - por estudos compactados: em que a/o estudante completa o programa da disciplina ou do curso em tempo reduzido.

Art. 41. A opção pela aceleração somente ocorre mediante consentimento do estudante e da família, sempre que este for menor de idade.

Parágrafo único. A/O estudante com altas habilidades ou superdotação, mesmo quando menor de idade, deve participar do processo de planejamento da aceleração.

Art. 42. O processo de aceleração deverá ocorrer por meio de avaliações nas disciplinas.

§ 1º O processo de avaliação pode ocorrer a qualquer momento do percurso formativo da/o estudante.

§ 2º As avaliações de aprendizagem utilizadas na aceleração devem ter níveis de complexidade igual aos dos seus pares.

§ 3º Independente do resultado, as avaliações utilizadas no processo deverão ser anexadas ao PEI da/o estudante.

Art. 43. Cabe à equipe do PEI emitir parecer da aceleração para lançamento na unidade registros acadêmicos.

CAPÍTULO V

DA CERTIFICAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Art. 44. A forma prioritária de certificação de estudantes com deficiência será a forma regular, considerando os dispositivos pedagógicos oferecidos à sua aprendizagem.

Art. 45. Quando necessário poderão ser utilizados os seguintes procedimentos de certificação, desde que previstos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC):

I - Certificação Diferenciada para estudantes com Deficiência (intelectual, visual, auditiva ou física) e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), quando identificada a necessidade pela equipe do PEI;

II - Terminalidade Específica para estudantes com deficiência intelectual grave e/ou deficiência múltipla, quando identificada a necessidade pela equipe do PEI.

Art. 46. É necessária a anuência da/o estudante e/ou seu representante legal quanto à aplicação de ambas possibilidades de certificação (Anexo V).

Parágrafo único. Periodicamente serão realizadas reuniões da Equipe do PEI com a/o estudante e/ou seu representante legal, para conhecimento das diferenciações curriculares definidas.

Art. 47. A proposta de certificação deverá ser construída pela Equipe do PEI, após o período mínimo de 1 (um) ano de percurso formativo da/o estudante no curso.

Art. 48. Caberá ao/à Coordenador/a do NAPNE:

I - presidir a Equipe do PEI para a realização da certificação;

II - acompanhar os registros da documentação que compõe o PEI da/o estudante;

III - solicitar formalmente à unidade administrativa responsável pelo ensino, no câmpus:

a) a abertura do processo de Certificação;

b) o encaminhamento do processo para a Coordenadoria de Curso;

c) o encaminhamento da certificação para unidade administrativa responsável pelos registros acadêmicos ao final do percurso formativo da/o estudante.

Art. 49. Caberá às professoras e aos professores da sala de aula:

I - realizar adaptações didático-metodológicas (nos materiais didáticos, na abordagem dos conteúdos, nas avaliações, entre outros);

II - elaborar o PEA desde o início do percurso formativo da/o estudante;

III - entregar o Parecer Final do Plano de Ensino Acessível (Anexo VII), ao final do período letivo;

IV - participar das reuniões e conselhos de classe relativos à/ao estudante acompanhado pelo PEI.

Seção I

Da Certificação Diferenciada

Art. 50. A Certificação Diferenciada será oferecida quando a/o estudante com deficiência (intelectual, sensorial e física) e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), não desenvolver o esperado perfil profissional de conclusão em sua plenitude, para obter a certificação regular, sendo necessário oferecer uma certificação profissional, com parecer em anexo (conforme Parecer CNE/CEB 5/2019).

Art. 51. A Certificação Diferenciada será viabilizada mediante a construção e desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI), que considere e documente as características e as peculiaridades da/o estudante.

Parágrafo único. Ao final do percurso será emitido o Relatório para Certificação Diferenciada (Anexo VIII) comprovando o processo.

Art. 52. A Certificação Diferenciada confere certificação profissional devendo ser igual a todas as demais, inclusive com o mesmo título do curso ofertado.

§ 1º A emissão de um certificado de curso para a formação profissional deve ser feita por meio dos sistemas informatizados da instituição, de modo que seja garantido o caráter oficial dos certificados e sua rastreabilidade.

§ 2º É vedada a emissão de qualquer documento fora dos padrões oficiais para o estudante com deficiência.

Art. 53. Anexo à certificação diferenciada, deverá constar o histórico escolar, acrescido do parecer descritivo, conforme art. 35 da Lei nº 9394/96, onde deverão constar as competências profissionais desenvolvidas pela/o estudante, sem qualquer menção àquelas não desenvolvidas, bem como à sua deficiência ou a qualquer outra característica pessoal.

§ 1º O parecer descritivo que trata o **caput** corresponde ao campo Habilidades Desenvolvidas registradas no Anexo VIII.

§ 2º O parecer descritivo que trata o caput deverá ser registrado no item observação do histórico escolar.

Seção II

Da Terminalidade Específica

Art. 54. A Certificação por Terminalidade Específica será oferecida quando a/o estudante com Deficiência Intelectual grave e/ou Deficiência múltipla não desenvolver as habilidades e competências necessárias para obter a certificação diferenciada, sendo necessário oferecer uma certificação adequada ao seu perfil profissional.

Art. 55. A certificação por Terminalidade Específica consiste em uma certificação parcial com encaminhamento de uma proposta laboral, para que a/o estudante possa ingressar no mundo do trabalho, porém, não permite o avanço para o ensino superior.

Art. 56. Para a/o estudante com Terminalidade Específica, o Plano de Ensino Individualizado (PEI) deverá incluir todos os componentes curriculares cursados pela/o estudante com a possibilidade de flexibilização da matriz curricular, podendo ser inseridas outras disciplinas que promovam o desenvolvimento de maior habilidade e competência dentro da função laboral que será ofertada à/ao estudante.

Art. 57. O plano de Certificação por Terminalidade Específica será desenvolvido pela Equipe do PEI, mediante análise dos seguinte documentos:

I- o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e as adaptações realizadas;

II- o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT);

III- a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

IV - os objetivos atingidos pela/o estudante, de forma individual, observando a legislação vigente;

V- atas de reuniões realizadas;

VI - Relatório do Conselho de Classe (Anexo VI).

Art. 58. A necessidade de Certificação por Terminalidade Específica para o estudante, será definida pela Equipe do PEI, definida no art. 12.

Art. 59. A/O estudante que for certificado por Terminalidade Específica receberá um diploma com titulação estabelecida no Plano de Certificação por Terminalidade Específica, disposto no art. 57, conforme as competências desenvolvidas pela/o estudante.

Parágrafo único. Ao final do percurso será emitido o Relatório para Certificação por Terminalidade Específica (Anexo VIII) comprovando o processo.

Seção III

Dos Registros para as Certificações

Art. 60. Para o registro da certificação diferenciada ou terminalidade específica, cabe às unidades administrativas responsáveis pelos registros acadêmicos dos câmpus, seguirem o seguinte trâmite:

I - solicitar a configuração da matriz curricular específica para certificação à Coordenadoria Sistêmica de Registros Acadêmicos (CSRA);

II - alterar a matriz curricular da matrícula da/o estudante, para a matriz específica;

III - lançar as equivalências nos componentes curriculares da matriz específica no SUAP (na aba Histórico) conforme o parecer da/o estudante;

IV - fazer o fechamento dos períodos letivos;

V - lançar o parecer descritivo (Anexo VIII - Habilidades Desenvolvidas) em conformidade com o art. 35 da LDB (conforme PEI), no campo "Observação para o Histórico";

VI - revisar os dados e o cumprimento dos requisitos de conclusão do curso;

VII - emitir e registrar o diploma, escolhendo o modelo adequado à certificação diferenciada ou terminalidade específica e seguir os demais trâmites previstos e necessários.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61. No pleno exercício de sua autonomia, o IFSul poderá complementar as orientações desta resolução.

Art. 62. Esta Resolução entrará em vigor em 02 de janeiro de 2024.

ANEXO I

INVESTIGAÇÃO DA TRAJETÓRIA DA/O ESTUDANTE

(Equipe do PEI)

Informações da/o estudante	
Nome da/o Estudante:	
Curso:	
Ano/Semestre:	Turma:
Diagnóstico/Parecer (se houver):	
Necessidades Educacionais Específicas	
Histórico (antes e na instituição)	
Histórico escolar:	
Contexto familiar:	
Necessidades Educacionais Específicas	
Conhecimentos, Habilidades, Capacidades, Interesses, Necessidades (O que sabe? Do que gosta/afinidades?...)	
Dificuldades apresentadas	
Conhecimentos, Habilidades, Capacidades, Interesses, Necessidades (O que sabe? Do que gosta/afinidades?...)	
Observações:	

Data: ____/____/____

Assinatura dos membros da Equipe do PEI: _____

ANEXO II

PLANO DE ENSINO ACESSÍVEL – PEA

Para estudantes com necessidades específicas

(Professor/a da sala de aula)

Dados de Identificação	
Estudante:	
Disciplina:	Carga Horária:
Curso:	Período letivo:
Professor/a:	
Avaliação Diagnóstica	
Deve ser realizada durante o primeiro mês de aula, após no mínimo, um atendimento individualizado.	
Descrever Conhecimentos, Habilidades, Capacidades, Interesses, Necessidades (O que sabe? Do que gosta/afinidades?...) em relação ao componente curricular.	Dificuldades apresentadas em relação ao componente curricular.
Adaptações metodológicas previstas	
<p>() Tempo extra</p> <p>() Atendimento individual</p> <p>() Avaliação diferenciada</p> <p>() Atividade extra</p> <p>() Modificações metodológicas</p> <p>() Tradutor /intérprete</p> <p>() Material adaptado (braille, comunicação alternativa)</p>	

() Outros: _____

Existe necessidade de modificação dos conteúdos programáticos e objetivos gerais e específicos previstos na disciplina?

(exclusivo para estudante público da Educação Especial)

() sim

() não

Caso a/o estudante necessite de modificações dos conteúdos programáticos e objetivos gerais e específicos previstos na disciplina registre a proposta nos campos a seguir:

I – Ementa

II – Objetivos

III – Conteúdos

IV – Estratégias metodológicas

V – Recursos

VI – Avaliação da Aprendizagem		
VII – Bibliografia Básica		
VIII – Bibliografia Complementar		
X – Cronograma de atendimentos individualizados		
Aula	Data	Conteúdo Programático
1	xx/xx	
2	xx/xx	
3	xx/xx	
4	xx/xx	
5	xx/xx	
6	xx/xx	

Data: ____/____/____

Assinatura do/a professor/a: _____

ANEXO III

PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - PAEE

(Professor/a de AEE)

Informações da/o estudante	
Estudante:	
Curso:	
Diagnóstico Clínico (se tiver):	
Ano/Semestre:	Turma:
Professor/a de AEE:	
Tipo de AEE:	
<p>() Desenvolvimento das funções cognitivas</p> <p>() Desenvolvimento de vida autônoma</p> <p>() Ensino de informática acessível</p> <p>() Ensino de LIBRAS</p> <p>() Ensino de Língua portuguesa como segunda língua</p> <p>() Ensino de técnicas de cálculo no soroban</p> <p>() Ensino no Sistema Braille</p> <p>() Ensino de Técnicas de orientação e mobilidade</p> <p>() Ensino do uso de comunicação alternativa e aumentativa</p> <p>() Ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos</p> <p>() Altas Habilidades ou superdotação</p> <p>() outro _____</p>	
Objetivos do AEE	
Metodologia de Ensino	

Instrumentos a serem usados pelo/a professor/a de AEE											
Cronograma de atendimentos (datas e horários)											
Avaliação											
Para Altas habilidades ou Superdotação											
<p>Área de identificação (descrever):</p> <p>Estratégias de suplementação adotadas:</p> <table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/> Compactação Curricular</td> <td><input type="checkbox"/> Mentoria</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Enriquecimento Curricular</td> <td><input type="checkbox"/> Desenvolvimento de projetos</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Centros / Grupos de Interesse</td> <td><input type="checkbox"/> Aceleração de conteúdos</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Estudos independentes</td> <td><input type="checkbox"/> Aceleração de disciplinas</td> </tr> <tr> <td colspan="2"><input type="checkbox"/> Outros (explicitar):</td> </tr> </table> <p>Planejamento das estratégias adotadas (descrever):</p>		<input type="checkbox"/> Compactação Curricular	<input type="checkbox"/> Mentoria	<input type="checkbox"/> Enriquecimento Curricular	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento de projetos	<input type="checkbox"/> Centros / Grupos de Interesse	<input type="checkbox"/> Aceleração de conteúdos	<input type="checkbox"/> Estudos independentes	<input type="checkbox"/> Aceleração de disciplinas	<input type="checkbox"/> Outros (explicitar):	
<input type="checkbox"/> Compactação Curricular	<input type="checkbox"/> Mentoria										
<input type="checkbox"/> Enriquecimento Curricular	<input type="checkbox"/> Desenvolvimento de projetos										
<input type="checkbox"/> Centros / Grupos de Interesse	<input type="checkbox"/> Aceleração de conteúdos										
<input type="checkbox"/> Estudos independentes	<input type="checkbox"/> Aceleração de disciplinas										
<input type="checkbox"/> Outros (explicitar):											

Data: ____/____/____

Assinatura do/a Professor/a de AEE: _____

ANEXO IV

TERMO DE ACEITE/RECUSA DE ACOMPANHAMENTO

(Estudante ou responsável, antes da abertura do PEI)

Dados de Identificação	
Estudante:	
CPF da/o Estudante:	
Curso:	Ingresso:
Dados da/o responsável (estudante menor)	
Nome da/o Responsável:	
CPF da/o responsável:	
DECLARAÇÃO	
<p>Declaro, para os devidos fins, que eu na condição de pessoa com necessidades educacionais específicas (ou responsável legal) estou ciente dos direitos ao apoio, acompanhamentos e demais procedimentos previstos no Plano Educacional Individualizado, no Regulamento do NAPNE e no Ato Normativo ____/2023.</p> <p>Declaro igualmente que ()ACEITO / () RECUSO a oferta dos procedimentos e acompanhamentos pedagógicos mencionados.</p> <p style="text-align: right;">_____, ____ de _____ de 20____.</p> <p style="text-align: center;">_____ Assinatura da/o estudante ou responsável legal, em caso de menor de 18 anos</p>	

ANEXO V

ANUÊNCIA PARA CERTIFICAÇÃO DIFERENCIADA E/OU TERMINALIDADE ESPECÍFICA

Dados de Identificação	
Estudante:	
CPF da/o Estudante:	
Curso:	Ingresso:
Deficiência:	CID:
Dados da/o responsável (se necessário)	
Nome da/o Responsável:	
CPF da/o responsável:	
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA	
<p>Declaro que compreendi as orientações sobre a Certificação Diferenciada, para estudantes com Deficiência e Transtorno do Espectro Autista e/ou Certificação por Terminalidade Específica para estudantes com Deficiência Intelectual Grave e Deficiência Múltipla. Declaro, assim, que () AUTORIZO / () NÃO AUTORIZO a análise para utilização dessas opções de terminalidade para o estudante supracitado.</p> <p style="text-align: right;">_____, _____ de _____ de 20____.</p> <p style="text-align: center;">_____ Assinatura da/o estudante ou responsável legal</p>	

ANEXO VI

RELATÓRIO DO CONSELHO DE CLASSE

(Preenchido no conselho de classe por um membro da Equipe do PEI)

Dados de Identificação
Estudante:
Curso:
Responsável pelo Conselho:
Período Letivo:
Avanços da/o estudante no período
Essa informação deve contemplar não somente os avanços no processo de aquisição de conhecimentos escolares, mas também em sua formação integral e outros aspectos para além da aprendizagem de maneira geral, como de sociabilidade, amadurecimento intelectual, social e outros.
Dificuldade e/ou retrocessos
Essa informação pode estar associada às dificuldades e retrocessos característicos da especificidade apresentada pela/o estudante, como também às que poderão ocorrer por fatores diversos, relacionados ou não ao quadro original, ao longo de seu processo formativo.
Fatores externos que possam estar influenciando no processo escolar
Quando a escola dispuser desta informação, é importante que ela seja registrada e informada aos responsáveis, quando o NAPNE julgar que este procedimento seja necessário.
Pertinência dos encaminhamentos iniciais frente a demanda da/o estudante
Avaliação docente sistemática da pertinência dos procedimentos adotados pela instituição com vistas à sua correção e adequação.
Novos encaminhamentos necessários

Data: ____/____/____.

Assinaturas:

-Responsável pelo preenchimento: _____

- Coordenador/a do conselho: _____

- Representante do pedagógico: _____

ANEXO VII

PARECER FINAL DO PLANO DE ENSINO ACESSÍVEL (PEA)

(Professor/a da sala de aula, ao final do período letivo)

Dados de Identificação	
Estudante:	
Disciplina:	
Curso:	Período letivo:
Parecer Final	
<p>Para toda e todo estudante com PEA:</p> <p>1. Quais foram as estratégias de avaliação utilizadas?</p> <p>() Adaptações no formato dos instrumentos avaliativos (por exemplo: avaliações em formato ampliado, em Braille, com figuras...). Indique outras, se for o caso.</p> <p>() Adaptações considerando o tempo da/o estudante para a realização das atividades e avaliações (por exemplo: redução no número de questões das avaliações). Indique outras, se for o caso.</p> <p>() Avaliações mediadas (por exemplo: avaliações orais, avaliações com tradutor/a intérprete de Libras, avaliações com apoio do/a monitor/a e/ou leitor/a, junto com o/a professor/a, utilizando material de consulta). Indique outras, se for o caso</p> <p>Exclusivo para estudantes com PEA e Público da Educação Especial:</p> <p>1. A/O estudante alcançou os objetivos propostos no plano de ensino acessível?</p> <p>() totalmente () parcialmente () nenhum objetivo alcançado</p> <p>2. Descreva quais objetivos parciais a/o estudante alcançou:</p> <p>3. Outros apontamentos pertinentes:</p>	

Data: ____/____/____

Assinatura do/a Professor/a: _____

ANEXO VIII

RELATÓRIO PARA CERTIFICAÇÃO DIFERENCIADA E TERMINALIDADE ESPECÍFICA

(Emitido pela Equipe do PEI para Certificação ao final do processo formativo)

Dados de Identificação	
Estudante:	
Curso:	
Início do Percorso:	Final do Percorso:
Equipe:	
Dificuldades apresentadas pela/o estudante no percurso	
Síntese das informações constantes no PEI: Relatórios de conselho de classe e pareceres finais das disciplinas)	
Acessibilidade ofertadas	
Síntese das acessibilidades curriculares e/ou adaptações utilizadas (conforme PEI):	
Apoios e atendimentos ofertados	
Síntese dos apoios e atendimentos utilizados (conforme PEI):	
Habilidades Desenvolvidas	
<p>Síntese das habilidades desenvolvidas em relação aos objetivos e perfil da/o egressa/o em conformidade com Art 35-A da LDBEN nº 9394/96 (conforme PEI) seguindo as orientações abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none">- Parecer Descritivo da Certificação Diferenciada (substituir a expressão se for Terminalidade Específica)- Linguagens e suas Tecnologias- Matemática e suas Tecnologias- Ciências da natureza e suas tecnologias:- Perfil da/o Egressa/o (habilidades Desenvolvidas) <p>OBS: Somente este campo vai para item observações do histórico escolar da/o estudante.</p>	
Considerações Gerais	

Data: ____/____/____.

Assinatura da Equipe do PEI:

Documento Digitalizado Público

Regulamento

Assunto: Regulamento
Assinado por: -
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples